

POLÍTICAS PÚBLICAS E FUTUROS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

PUBLIC POLICIES AND THE FUTURES OF SCIENCE COMMUNICATION IN BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

POLÍTICAS PÚBLICAS Y FUTUROS DE LA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA EN LAS UNIVERSIDADES FEDERALES BRASILEÑAS

Luciane Treulieb¹

lu.treulieb@gmail.com

Thaiane Moreira de Oliveira²

thaianeoliveira@id.uff.br

RESUMO

Este artigo analisa a divulgação científica realizada por universidades públicas federais brasileiras como problema de política de comunicação em ambiente comunicacional plataformizado. A pesquisa adota abordagem qualitativa e utiliza ferramentas dos Estudos de Futuros, especialmente o *Environmental Scanning*, combinando análise documental com entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco comunicadores de universidades. Os resultados mostram um descompasso entre a crescente formalização da divulgação científica nas políticas públicas e sua limitada integração à estrutura financeira e organizacional do sistema de ensino e pesquisa nacional. O exercício prospectivo indica que seu fortalecimento depende de financiamento protegido, formalização institucional e incorporação da divulgação científica ao desenho dos projetos de pesquisa.

Palavras-chave: Divulgação científica. Políticas públicas. Universidades Federais brasileiras.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Jornalista na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

ABSTRACT

This article analyzes science communication carried out by Brazilian federal public universities as a communication policy issue in a platformized media environment. The study adopts a qualitative approach and uses Futures Studies tools, especially Environmental Scanning, combining document analysis with semi-structured interviews conducted with five university communicators. The findings reveal a mismatch between the growing formalization of science communication in public policies and its limited integration into the structure of the national higher education and research system. The foresight exercise indicates that strengthening this field depends on protected funding, institutional formalization, and the incorporation of science communication into research project design.

Keywords: Science communication. Public policies. Brazilian Federal universities.

RESUMEN

Este artículo analiza la divulgación científica realizada por universidades públicas federales brasileñas como un problema de política de comunicación en un entorno comunicacional plataformizado. La investigación adopta un enfoque cualitativo y utiliza herramientas de los Estudios de Futuros, especialmente el *Environmental Scanning*, combinando análisis documental con entrevistas semiestructuradas realizadas a cinco comunicadores de universidades. Los resultados muestran una desarticulación entre la creciente formalización de la divulgación científica en las políticas públicas y su limitada integración en la estructura del sistema nacional de enseñanza e investigación. El ejercicio prospectivo indica que su fortalecimiento depende de financiamiento protegido, formalización institucional e incorporación de la divulgación científica al diseño de los proyectos de investigación.

Palabras clave: Divulgación científica. Políticas públicas. Universidades Federales brasileñas.

1 INTRODUÇÃO

Qual futuro se deseja para a divulgação científica (DC)? Que papel as universidades públicas devem assumir no processo de democratização do acesso ao conhecimento? E como isso pode (e deve) se relacionar às políticas de comunicação brasileiras? No Brasil, as instituições públicas respondem por mais de 90% da produção científica nacional (CROSS et al., 2018), o que lhes confere responsabilidade central na circulação social do conhecimento. As discussões sobre políticas de comunicação costumam concentrar-se no âmbito macropolítico da regulação estatal sobre meios de massa e plataformas digitais. Contudo, a efetividade do direito à comunicação também se materializa no nível microinstitucional: as universidades federais são agentes diretos do Estado e integram a infraestrutura pública de produção e circulação informacional.

Nas últimas duas décadas, a DC passou a ocupar espaço mais visível nas diretrizes federais de ciência e educação. Editais da Capes e do CNPq passaram a requerer planos de comunicação e comprovação de impacto social; o Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência) foi instituído; universidades públicas começaram a aprovar políticas de comunicação e, em casos mais raros, políticas específicas de DC. Esse processo de formalização suscita uma questão: de que maneira essa incorporação normativa tem se traduzido — ou não — em transformações nas condições institucionais de produção e circulação do conhecimento científico?

O artigo parte do seguinte problema de pesquisa: como a DC realizada pelas universidades públicas federais brasileiras se configura no âmbito das políticas de comunicação em um ambiente comunicacional plataformizado? Entende-se por ambiente plataformizado aquele estruturado por plataformas digitais privadas, mediado por algoritmos e orientado pela lógica da economia da atenção. A análise parte do descompasso entre a normatização da DC e suas condições de implementação nas universidades e o objetivo é analisar a DC como dimensão das políticas de comunicação no Brasil, além de discutir futuros desejáveis a partir da perspectiva de comunicadores da área.

Para analisar esse quadro, o artigo dialoga com o campo das políticas de comunicação, especialmente a definição proposta por Napoli (2023), que organiza o

debate em torno de conteúdo, estrutura e infraestrutura, e permite examinar as condições institucionais que tornam possível a circulação de conteúdos de interesse público.

A pesquisa adota abordagem qualitativa e insere-se no campo dos Estudos de Futuros, utilizando o *Environmental Scanning* para mapear tendências e sinais que indicam continuidades, riscos e pontos de inflexão na institucionalização da DC. Nesse âmbito, combina análise documental de diretrizes federais e institucionais com entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco comunicadores de universidades públicas federais das diferentes regiões do país.

A investigação dialoga com a experiência profissional na área de DC em universidades públicas, o que permite observar, desde dentro, a oscilação entre reconhecimento formal e fragilidade estrutural da área. Nas entrevistas realizadas, porém, foi solicitado aos comunicadores que fossem além do diagnóstico recorrente — o “muro das lamentações” — para projetar futuros desejáveis para o campo. O exercício prospectivo permitiu deslocar a discussão das rotinas operacionais para as condições institucionais que definem a posição da DC nas políticas públicas de comunicação e ciência.

2 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO

Enquanto o termo políticas públicas diz respeito ao conjunto mais amplo de diretrizes do Estado em diferentes áreas, as políticas de comunicação referem-se especificamente às intervenções que incidem sobre as condições de produção, organização e circulação de conteúdos no sistema comunicacional. Para compreender os desafios contemporâneos da DC, é necessário analisar a reconfiguração recente das políticas de comunicação. Historicamente, essas políticas foram orientadas por um paradigma no qual o interesse público se vinculava à garantia da liberdade de comunicação, da diversidade de vozes, da responsabilidade social dos meios e do acesso equitativo à informação. Como lembram Van Cuilenburg e McQuail (2003, p. 183), no período do pós-guerra as políticas estavam “dominadas por um critério sociopolítico mais que por preocupações econômicas”, compreendendo a comunicação como pilar da democracia.

A partir dos anos 1980/90, esse paradigma foi tensionado por transformações tecnológicas e por uma redefinição do próprio “interesse público”, progressivamente ampliado para incorporar valores econômicos e consumistas (VAN CUILENBURG E MCQUAIL, 2003). Atualmente, a expansão das plataformas digitais — as *Big Techs* — produziram um ambiente em que objetivos econômicos passaram a competir com os princípios democráticos que historicamente orientavam as políticas de comunicação.

Philip Napoli (2023) argumenta que os desafios do ambiente digital têm sido tratados predominantemente como questões técnicas. Segundo ele, ao classificar plataformas e serviços digitais apenas como empresas de tecnologia, deixam-se em segundo plano princípios centrais das políticas de comunicação, como o atendimento das necessidades informacionais das comunidades. Nesse sentido, Napoli propõe compreender a política de comunicação como intervenções do governo destinadas a “garantir que o conteúdo, a estrutura e as infraestruturas dos sistemas de comunicação mediados satisfaçam as diversas necessidades de informação e entretenimento das comunidades e minimizem danos” (NAPOLI, 2023, p. 7, tradução nossa). A partir dessa definição, a comunicação pública da ciência deixa de ser entendida apenas como estratégia institucional das universidades federais e passa a ser situada no âmbito das políticas públicas orientadas à garantia de necessidades informacionais coletivas.

A definição pode ser desdobrada nos três eixos propostos pelo autor — conteúdo, estrutura e infraestrutura. No eixo do conteúdo, Napoli observa que as políticas de comunicação historicamente incluíram tanto medidas voltadas à restrição de danos quanto exigências afirmativas, isto é, obrigações de oferta de conteúdos considerados socialmente valiosos. Sob essa perspectiva, a ciência aparece como componente do interesse público.

No eixo da estrutura, o foco recai sobre a organização econômica do sistema comunicacional e a concentração de poder nas grandes plataformas digitais, como *Meta* e *Alphabet*. Ao serem tratadas como empresas de tecnologia, essas plataformas passaram a escapar dos parâmetros tradicionais das políticas de comunicação, embora tenham papel central na circulação de informação. Isso afeta as condições de financiamento e visibilidade de conteúdos de interesse público, incluindo a DC.

Por fim, no eixo da infraestrutura, Napoli amplia a noção tradicional — geralmente associada a redes e sistemas técnicos — para incluir os mecanismos que sustentam a circulação de conteúdos essenciais à vida democrática. Nesse sentido, a DC pode ser analisada como componente estrutural do ecossistema informacional necessário à tomada de decisões coletivas.

Se, como afirmam Van Cuilenburg e McQuail (2003), o objetivo central das políticas de comunicação é assegurar liberdade e igualdade de acesso ao sistema social de comunicação, então a circulação pública do conhecimento científico integra esse sistema. Em um ambiente comunicacional dominado por plataformas digitais, torna-se necessário repensar os princípios do interesse público considerando as dinâmicas atuais de conteúdo, estrutura e infraestrutura. Isso implica considerar de que maneira esses três eixos podem ser organizados para garantir que a informação científica circule em condições compatíveis com o acesso equitativo e a qualidade informacional.

3 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: INSTITUCIONALIZAÇÃO E LIMITES

Esta seção situa a DC em seus planos conceitual e institucional, com foco nas condições que moldam sua organização nas universidades federais brasileiras.

3.1 Conceito e modelos da divulgação científica

Conceitualmente, é necessário distinguir comunicação científica — voltada à circulação entre pares, normalmente por meio de periódicos especializados — de DC, orientada à circulação pública do conhecimento para públicos não especializados (BUENO, 2010). Embora as políticas públicas de DC costumem englobar atividades culturais e espaços de educação não formal — como museus e planetários — este artigo delimita seu escopo à produção de conteúdo midiático e digital. É nessa esfera que a circulação do conhecimento científico passa a ser mais diretamente condicionada pelas dinâmicas das plataformas digitais.

A consolidação do campo da DC está associada ao movimento *Public Understanding of Science* (PUS), impulsionado pelo Relatório Bodmer, divulgado no Reino Unido (THE ROYAL SOCIETY, 1985), que enfatizou a necessidade de melhorar

o conhecimento científico geral do público e suas atitudes em relação à ciência, tendo como uma de suas principais recomendações a ampliação da comunicação entre ciência e sociedade. Com o amadurecimento do campo, Burns, O'Connor e Stocklmayer (2003) ampliaram a compreensão da DC ao enfatizar seus efeitos no envolvimento público, destacando dimensões como conscientização, interesse, formação de opinião e compreensão. A DC deixa de ser entendida apenas como difusão de conteúdos e passa a ser concebida como processo de interação. Ainda no debate teórico, Brossard e Lewenstein (2010) sistematizaram quatro abordagens da DC: déficit, contextual, conhecimento leigo e engajamento público. O modelo de déficit opera sob uma lógica estritamente verticalizada e unidirecional. Ele parte da premissa de que a sociedade é um público passivo insuficientemente informado, cabendo aos especialistas e às instituições científicas preencher essa lacuna. Modelos de conhecimento leigo e engajamento, por sua vez, deslocam o foco para participação, diálogo e reconhecimento de saberes situados. Os autores observam que, na prática, experiências bem-sucedidas combinam diferentes abordagens.

3.2 Institucionalização no plano federal

A DC é aqui entendida como dimensão de política de comunicação porque envolve direito ao conhecimento, desigualdades de acesso e definição de prioridades institucionais. No contexto brasileiro, a institucionalização da DC tem ocorrido de forma parcial e descontínua. A partir dos anos 2000, a criação de estruturas federais voltadas à popularização da ciência — como o Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia (DEPDI) e a consolidação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) — reposicionou o tema na agenda estatal. Programas e editais específicos passaram a reconhecer a divulgação como dimensão relevante da política científica. Nesse período, consolidaram-se instrumentos de incentivo do CNPq, como o Prêmio José Reis e bolsas de produtividade em DC, indicando sua integração ao sistema de reconhecimento acadêmico.

A DC, contudo, não se limita à esfera do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), ainda que essas pastas concentrem a formulação da política científica e a gestão das universidades. Trata-se de

uma agenda transversal a outras áreas estratégicas do Estado, como o Meio Ambiente e a Saúde, na medida em que o conhecimento científico subsidia políticas públicas e direitos sociais. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por exemplo, vinculada ao Ministério da Saúde, institucionalizou em 2021 sua Política de DC, tratando a ciência como dimensão dos direitos humanos e da democracia. A instituição também sedia o Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), referência nacional na pesquisa sobre o tema.

Em levantamento realizado por Ferreira (2014) sobre o período de 2003 a 2012, demonstra-se que as políticas públicas de DC no Brasil foram marcadas por instabilidade de fomento e dependência de editais pontuais. Segundo o autor, houve investimento por meio de chamadas públicas e da SNCT, mas com baixa regularidade e concentração regional dos recursos.

O Pop Ciência, instituído pelo Decreto Federal nº 11.754, de 25 de outubro de 2023, insere-se nesse histórico de tentativas de consolidação da área. O programa tem como objetivo desenvolver a cultura científica e estimular práticas de ciência, tecnologia e inovação voltadas à inclusão e à redução de desigualdades sociais. No portal do MCTI, o programa é apresentado sobretudo como um conjunto de ações já consolidadas, como SNCT, feiras e olimpíadas científicas, apoio a museus e iniciativas de educação não formal, sem detalhamento sobre sua articulação estrutural ou mecanismos de coordenação interinstitucional, tampouco sobre estratégias específicas de apoio à produção sistemática de conteúdo midiático ou digital.

Paralelamente, agências como Capes e CNPq passaram a incorporar a exigência de estratégias de DC e de comprovação de impacto social em editais e processos de avaliação. A criação de campo específico no Currículo Lattes para registrar atividades de “educação e popularização de C&T” é um exemplo desse movimento. Contudo, a incorporação da divulgação como critério de fomento e avaliação dos pesquisadores não foi acompanhada, de modo sistemático, por oferta institucional de formação em estratégias de comunicação para cientistas, nem pelo fortalecimento das estruturas responsáveis pela comunicação nas universidades públicas ou por alterações equivalentes nos critérios de avaliação acadêmica, que seguem priorizando métricas bibliométricas (RIBEIRO, 2024; BASILE, 2023).

Esse quadro contrasta com experiências internacionais em que a DC se encontra mais fortemente institucionalizada e articulada ao financiamento da pesquisa. Na União Europeia, por exemplo, programas como o *Horizon Europe* exigem a apresentação de estratégias de divulgação e engajamento como parte integrante dos projetos. Essas exigências se inscrevem em um enquadramento mais amplo, associado às diretrizes de *Responsible Research and Innovation* (RRI), que incorporam o engajamento público como dimensão constitutiva da prática científica.

3.3 Dimensões organizacional e infraestrutural nas universidades federais

Nas universidades federais, a produção de conteúdos visando à DC costuma operar de forma fragmentada. A responsabilidade pelo diálogo com a sociedade distribui-se entre as estruturas de comunicação institucional — Secretarias, Superintendências ou Coordenadorias de Comunicação (aqui denominadas Secoms), geralmente vinculadas ao Gabinete da Reitoria — e as Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Na ausência de fluxos integrados e diretrizes consolidadas, iniciativas de DC tendem a depender de projetos específicos ou da atuação individual de docentes, técnicos-administrativos ou estudantes.

Na prática, a mediação recai majoritariamente sobre as Secoms, que reúnem profissionais como jornalistas, relações-públicas, publicitários e designers e são responsáveis pela produção de conteúdos para portais, redes sociais e demais canais oficiais, como TVs e rádios universitárias. Essas equipes acumulam funções ligadas tanto à comunicação institucional quanto à DC e operam, em muitos casos, com infraestrutura restrita e limitada autonomia decisória em termos editoriais. Essa fragilidade reforça a necessidade de compreender a comunicação como política de Estado, isto é, reconhecê-la como responsabilidade pública permanente, e não como estratégia vinculada à gestão de turno (PEREIRA, 2025). Além disso, restrições normativas recentes, como o Decreto nº 10.185/2019, limitaram a abertura de concursos públicos na área, afetando a reposição de quadros e a capacidade operacional dessas estruturas de comunicação.

Do ponto de vista normativo, a formalização de políticas de comunicação nas universidades ainda é restrita. Levantamento de Pereira (2025) indica que apenas 13 universidades federais brasileiras têm Política de Comunicação, de um total de 69. No que se refere especificamente à DC, não se identifica, até o momento, política institucional formalmente aprovada na maioria das universidades. A partir de verificação exploratória nos portais institucionais, observa-se que apenas a UFMG aprovou política específica para a área. A UFF apresentou minuta do texto, mas ela não consta como política aprovada.

Nesse debate, é importante distinguir política de comunicação institucional e política de DC. No âmbito das universidades e órgãos governamentais, a política de comunicação tem sido compreendida como instrumento de *accountability* e transparência (JANNER, 2014), voltado à publicidade dos atos institucionais, à gestão da imagem organizacional e às relações com a imprensa. Bueno (2009) define a política de comunicação como um conjunto estruturado de valores, objetivos, diretrizes, normas e arranjos institucionais que orientam as ações comunicacionais e expressam uma filosofia de gestão comprometida com ética, transparência, profissionalismo, proatividade e cidadania.

Já a política de DC tem como objeto central o conhecimento científico produzido, buscando sua circulação pública e apropriação social. A distinção, porém, não elimina zonas de interseção. A DC é, também, um ato de comunicação pública, mas sua institucionalização exige tratamento transversal, envolvendo pesquisa, ensino e extensão. A aprovação de políticas de DC em instâncias deliberativas superiores — como Conselhos Universitários — altera o seu estatuto, integrando a atividade ao planejamento institucional e reconhecendo-a como dimensão estruturante da missão universitária.

Além disso, a DC também enfrenta condicionantes infraestruturais: a circulação do conhecimento ocorre majoritariamente por meio de plataformas privadas, como *Instagram* e *YouTube*. Essa mediação redefine as condições de visibilidade, que passam a depender de algoritmos, métricas de engajamento e regras operacionais externas ao sistema público de comunicação. Como aponta Basile (2023), essas plataformas operam sob a lógica da economia da atenção. Nesse ambiente, conteúdos que acionam reações

imediatas tendem a ganhar maior visibilidade, favorecendo a difusão de desinformação e afetando a posição das instituições produtoras de conhecimento no ecossistema informacional.

4 METODOLOGIA: ABORDAGEM QUALITATIVA COM FERRAMENTAS DE FORESIGHT

Quando compreendida como parte das políticas de comunicação, a DC deixa de ser tratada apenas como estratégia de visibilidade institucional e passa a ser vista à luz das condições que moldam sua produção e circulação. Essa mudança de perspectiva implica considerar os possíveis desdobramentos nos próximos anos. Nesse sentido, esta pesquisa adota abordagem qualitativa exploratória e recorre ao instrumento dos Estudos de Futuro denominado *Environmental Scanning*, entendido como um processo estruturado de levantamento, organização e tratamento de informações relevantes para identificar movimentos de continuidade e potenciais transformações no ambiente analisado (GLENN, 2003; LEITE, 2021).

No presente estudo, ele foi utilizado para mapear tendências estruturais e sinais emergentes na configuração da DC em universidades federais, derivando riscos e futuros desejáveis para sua institucionalização. Tendências referem-se a forças em curso que indicam continuidade caso não haja intervenção deliberada, enquanto sinais apontam para possibilidades emergentes que podem alterar configurações estabelecidas (LEITE, 2021).

O *Environmental Scanning* foi operacionalizado por meio da análise documental e da realização de entrevistas. Foram mapeadas e sistematizadas informações provenientes de literatura acadêmica sobre DC, comunicação pública e políticas de comunicação, bem como documentos e portais oficiais de órgãos como Capes, CNPq e MCTI. Também foram considerados resoluções universitárias, políticas institucionais de comunicação publicadas, editais de fomento e conteúdos veiculados em portais institucionais, redes sociais e veículos jornalísticos de universidades públicas. Esse levantamento permitiu identificar movimentos estruturais em curso e sinais emergentes de reconfiguração institucional.

A etapa documental foi complementada por entrevistas semiestruturadas com atores estratégicos do campo, configurando um minipainel qualitativo de especialistas. Em fevereiro de 2026, via *Google Meet*, foram realizadas entrevistas com cinco comunicadores vinculados a universidades federais (UFRGS, UFF, UFG, UFRN, UFPA), contemplando todas as regiões do país. Buscou-se diversidade de gênero, geracional e de trajetórias profissionais.

As entrevistas integraram o processo de *Environmental Scanning* e tiveram caráter prospectivo. Em primeiro lugar, funcionaram como mecanismo de validação das tendências e sinais identificados na varredura: os participantes reagiram a movimentos estruturais mapeados, tensionando-os a partir de sua experiência situada. Em segundo lugar, os entrevistados foram conduzidos a imaginar futuros desejáveis e refletir sobre como a DC deveria se configurar —nas universidades e no plano nacional — e quais decisões e mudanças estratégicas precisariam ser iniciadas no presente para viabilizar essa visão.

O roteiro foi organizado em quatro blocos, orientados pelas seguintes questões-chave:

- a) Diagnóstico estrutural: como a DC está organizada hoje na sua instituição?
- b) Validação de tendências: de que maneira a exigência de impacto social e plano de DC nos editais e a dependência de plataformas digitais afetam o cotidiano institucional?
- c) Identificação de sinais emergentes: que práticas marginais ou incipientes podem reconfigurar o campo? Há experiências que apontam para reorganizações possíveis?
- d) Futuros desejáveis e ações estratégicas: como você deseja que seja o futuro da DC em 2036? Que desenho institucional e que decisões estratégicas seriam necessárias para isso?

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio de análise temática. Para preservar o anonimato, os participantes estão identificados na análise por numeração sequencial, acompanhada da sigla da universidade de vínculo, sem diferenciação de gênero (ex.: Entrevistado 1, UFF).

5 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA COMO PROBLEMA DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

O mapeamento documental, as entrevistas e o diálogo com a literatura estão articulados nesta seção para analisar como decisões regulatórias no plano federal, arranjos institucionais no nível das universidades e condicionantes infraestruturais do ambiente comunicacional plataformizado se articulam na configuração atual da DC no Brasil. O material organiza-se em três eixos: (1) as condições de institucionalização da divulgação científica nas universidades, (2) sua inserção nos projetos de pesquisa e nos mecanismos de financiamento e (3) as condições de circulação em um ambiente comunicacional plataformizado.

5.1 Entre o edital e a instabilidade institucional

No que se refere às condições de institucionalização, a análise revela um padrão contraditório: a DC passou a ser formalmente incorporada a editais de fomento, mas isso não se converteu em estruturas estáveis para a área nas universidades públicas federais estudadas.

As entrevistas revelam uma convergência: a DC ainda opera sob um modelo de institucionalização dependente de conjuntura. Sua continuidade depende de alinhamentos temporários, tornando-a vulnerável a reorientações a cada mudança de reitoria. Essa fragilidade abre margem para pressões ideológicas, descontinuidade de projetos e cerceamento do trabalho jornalístico, como alerta o Entrevistado 3 (UFRGS) ao rememorar episódios de censura direta a reportagens em sua universidade.

Como contraponto a essa instabilidade, os participantes defendem a formalização da DC como política institucional aprovada em instâncias colegiadas — como os Conselhos Superiores. O Entrevistado 3 (UFRGS) sintetiza o efeito estabilizador dessa medida: “Se tá aprovado pelo Conselho que há uma política de comunicação e que um dos carros-chefes vai ser a divulgação da ciência, troca gestor, troca reitoria... tá lá, a gente vai ter que fazer, é nossa obrigação institucional fazer”.

O Entrevistado 2 (UFPA) acrescenta que, na prática, a exigência de DC “funciona de forma muito fragmentada” na universidade. A fragmentação atravessa

projetos, setores e níveis de decisão: quando não há diretrizes consolidadas, a continuidade da DC tende a deslocar-se para o plano da iniciativa individual. Como relata o Entrevistado 5 (UFRN), na ausência de normatização que priorize a ciência como pauta, a cobertura passa a depender do interesse do servidor com afinidade temática.

Como reação a essa fragmentação, o Entrevistado 2 (UFPA) relata uma experiência de articulação entre comunicadores de universidades públicas federais, na qual definiram pautas comuns e compartilharam esforços de reportagem e edição. Na prática, lacunas de uma equipe eram supridas por outra, e o material resultante circulou simultaneamente nos canais das universidades envolvidas. A experiência demonstra que a limitação não é técnica, mas estrutural. No entanto, o próprio entrevistado ressalta que esse tipo de articulação não pode depender exclusivamente do engajamento dos indivíduos: as universidades federais dispõem de instâncias como o Colégio de Gestores de Comunicação, vinculado à Andifes, em que se discutem diretrizes para a área. Ainda assim, segundo a experiência dele, a DC raramente ocupa lugar central nessas agendas.

A ausência de institucionalização repercute ainda na infraestrutura editorial das Secoms, gerando uma disputa interna assimétrica. Sem normatização, a DC perde espaço para o jornalismo institucional voltado a atos administrativos. O Entrevistado 5 (UFRN) observa que pautas sobre construção de prédios ou agendas de gestão recebem destaque automaticamente, enquanto a pesquisa acadêmica é relegada a segundo plano.

Para enfrentar essa subordinação ao jornalismo burocrático, os entrevistados projetam como futuro desejável uma reconfiguração organizacional baseada na criação de estruturas exclusivas de DC, com autonomia editorial e orçamentária. O Entrevistado 3 (UFRGS) materializa essa proposta ao defender a fundação de uma “agência de comunicação da ciência”, capaz de atuar não apenas na divulgação, mas como espaço formativo “para que o estudante aprenda a fazer jornalismo científico, que a gente atenda à imprensa com fontes qualificadas e combata *fake news*”.

O consenso prospectivo indica que, para se afirmar como parte da infraestrutura informacional pública, a DC realizada pelas universidades precisa conquistar autonomia estrutural e editorial frente às lógicas de gestão e às urgências administrativas que, hoje, capturam o tempo e a pauta das Secoms.

5.2 Divulgação científica como insumo de pesquisa

Embora os instrumentos de fomento tenham passado a exigir ações de divulgação científica, isso não se traduziu em mudanças significativas na estrutura financeira dos projetos nem na garantia de condições institucionais compatíveis para sua execução nas universidades analisadas.

Há uma desarticulação entre política pública federal e política institucional universitária: a DC passa a existir como obrigação formal, mas não como dimensão constitutiva dos projetos de pesquisa: entra no edital, mas não necessariamente no orçamento. A fragilidade se materializa nos exemplos trazidos pelos entrevistados: o Entrevistado 3 (UFRGS) relata o caso de “um projeto que vai receber o investimento de mais de 20 milhões e não pensou em nada de comunicação”. Na prática, o cientista transfere o problema para a equipe de comunicação institucional. Em casos como esse, a DC é incorporada apenas quando o projeto já está em curso, como etapa acessória. Em contraste, o mesmo Entrevistado 3 (UFRGS) menciona o exemplo da Expedição Antártica: com financiamento assegurado, o pesquisador responsável contratou uma assessoria de imprensa, que passou a atuar “a quatro mãos” com a equipe institucional da universidade, ampliando a circulação pública da pesquisa, com inserções em veículos nacionais e internacionais.

Para o Entrevistado 4 (UFG), a superação dessa falha estrutural requer que a DC deixe de ser tratada como um “penduricalho” exigido burocraticamente por agências de fomento e passe a ser financiada obrigatoriamente como um “insumo de bancada” nos grandes editais, garantindo que a destinação de verba seja regra, e não exceção. Esse descompasso entre discurso e financiamento alcança o próprio topo da formulação macroestatal. O decreto que institui o Pop Ciência eleva a DC à condição de política de Estado, mas o seu Artigo 7º condiciona o custeio aos “limites de movimentação e de empenho e de pagamento estabelecidos anualmente”. Confirma-se, assim, que o Estado induz o engajamento e a DC, mas recusa-se a blindar os fundos necessários para sua execução.

Se essa blindagem existisse, seus efeitos ultrapassariam o plano simbólico. O financiamento estruturado e contínuo da DC implicaria também a expansão do mercado de trabalho para jornalistas e comunicadores científicos. No exercício prospectivo, o

Entrevistado 5 (UFRN) propõe que programas federais de concessão de bolsas a pesquisadores incluam uma cota proporcional destinada à DC — por exemplo, que a cada 5 mil bolsas concedidas, 10% sejam reservadas a jornalistas e comunicadores científicos.

Essa situação hipotética, contudo, expõe uma lacuna estrutural: a formação de profissionais qualificados para ocupar esses postos, sejam eles jornalistas científicos ou cientistas comunicadores. Para o Entrevistado 4 (UFG), a solução passa por uma política educacional ampla, que insira disciplinas de DC na graduação e, sobretudo, na pós-graduação. Os entrevistados defendem ainda que as próprias estruturas de comunicação das universidades consolidem e ampliem seu papel formativo. O Entrevistado 2 (UFPA) reforça essa centralidade ao observar que os veículos institucionais já operam como “um dos poucos espaços de treinamento de jornalistas para a DC”. Para que essa vocação não dependa de iniciativas isoladas, ele sustenta que é necessário institucionalizar a aproximação entre assessorias e cursos de comunicação das próprias universidades, quando existentes. Segundo o comunicador, essa articulação ganharia mais viabilidade se estivesse vinculada à execução dos recursos de fomento das pesquisas. O entrevistado sugere que parte da verba dos projetos financie bolsas para estudantes e jornalistas de pós-graduação, que atuariam em conexão direta com o projeto e com a assessoria institucional.

Esse cenário aponta para a necessidade de um modelo distinto de organização da área, baseado na co-criação e na parceria. A institucionalização passa por incluir letramento comunicacional e *media training* na formação acadêmica. Não se trata de transformar cientistas em comunicadores ou *influencers*, mas reduzir o atrito estrutural: o edital pede DC, mas o cotidiano acadêmico não prepara o pesquisador para lidar com essa exigência. Para superar a lógica do pesquisador isolado ou da assessoria tratada como instância burocrática, essa proposta pressupõe que o jornalista aporte o *know-how* estratégico, enquanto o pesquisador contribui com o conhecimento técnico-científico. Além disso, o Entrevistado 1 (UFF) reforça que o sucesso da DC depende estruturalmente do engajamento e da disponibilidade do cientista.

Ao imaginarem 2036, os entrevistados convergem nesse ponto: o futuro desejável não é simplesmente ter mais postagens ou maior engajamento. É integrar a

DC ao desenho formal dos projetos, com orçamento dedicado — não como obrigação moral, mas como dimensão constitutiva da pesquisa.

5.3 Entre algoritmos e interesse público

No que se refere às condições de circulação em um ambiente comunicacional plataformizado, a institucionalização da DC realizada pelas universidades públicas não depende apenas de orçamento e estrutura interna, mas também das dinâmicas de visibilidade e das dependências infraestruturais que caracterizam esse ambiente.

Ainda que reconheçam as problemáticas associadas às *Big Techs*, nenhum entrevistado considera viável a criação de alternativas públicas brasileiras capazes de substituí-las. As restrições orçamentárias e o ritmo do serviço público tornam essa hipótese pouco realista. A soberania digital é entendida pelos comunicadores como capacidade de atuar estrategicamente dentro de ambientes privados, como *Instagram* e *YouTube*. Nesse contexto, surgiu nas entrevistas a necessidade de regulação dessas plataformas, de modo que passem a se submeter a regras compatíveis com o interesse coletivo na circulação das informações.

Não se trata, portanto, de abandonar as plataformas, mas de compreender suas regras sem abdicar de critérios editoriais próprios. A presença da universidade nas mídias sociais é entendida pelos entrevistados como parte de sua responsabilidade pública. O Entrevistado 4 (UFG) associa essa atuação ao fortalecimento da cultura científica e à consolidação de uma sociedade mais democrática.

No entanto, decisões macroestruturais recentes têm comprimido a comunicação institucional. O Entrevistado 4 (UFG) lembra o decreto que extinguiu cargos vagos e vedou novos concursos para diversas funções técnico-administrativas, o que, na prática, inviabilizou a reposição de comunicadores nas universidades federais por meio de concursos. O Entrevistado 3 (UFRGS) projeta o risco dessa desestruturação: sem reposição de profissionais concursados, o vácuo tende a ser preenchido por soluções automatizadas, como uso de Inteligência Artificial, enfraquecendo a mediação qualificada entre ciência e sociedade.

Sob a lente de Napoli, essa condição revela que a infraestrutura que sustenta a circulação de conteúdos de interesse público — entre eles a informação científica —

encontra-se majoritariamente sob governança privada. Em termos de política de comunicação, o problema não é a presença nas redes, mas a combinação entre infraestrutura privada (plataformas), estrutura frágil (equipes reduzidas e agenda capturada) e pressão sobre o conteúdo (métricas e formatos), que passa a ser condicionado por lógicas externas ao interesse público. Lidar com essa assimetria exige negociação constante entre a adequação ao algoritmo e o interesse público.

O Entrevistado 4 (UFG) reconhece que utilizar linguagens informais, como entrar nas *trends* do momento, é eficaz para gerar alcance, mas alerta que isso exige planejamento estratégico para evitar subordinação a métricas mercadológicas que distorçam sua missão pública. O Entrevistado 2 (UFPA) tensiona esse “fetiche das plataformas”. Para ele, a lógica comercial do caça-clique não pode pautar a ciência: “Quando eu já saio pensando numa pauta que vai engajar, eu me torno escravo da plataforma. A plataforma passa e a universidade fica”. O entrevistado cita o exemplo do jornal institucional *Beira do Rio*. Segundo o profissional, a publicação sobrevive há 40 anos, tendo resistido aos mais diversos impactos tecnológicos desde a década de 1980. A premissa adotada é pautar não pelo conteúdo que “vai gerar o maior impacto” algorítmico, mas sim por aquilo que garante o “retorno do investimento público” para a sociedade.

Ainda assim, a concorrência na economia da atenção é assimétrica. Divulgadores/*influencers* nativos digitais operam com mais domínio sobre as linguagens e métricas das plataformas do que as estruturas universitárias. Para o Entrevistado 1 (UFF), o caminho é construir parcerias que unam o rigor da pesquisa científica à expertise desses atores na dinâmica das redes.

Paralelamente à discussão sobre canais e formatos de circulação, os entrevistados problematizam o modelo de DC que orienta essa atuação. Embora o modelo de déficit seja frequentemente criticado na literatura por sua lógica unidirecional, as entrevistas indicam que ele não é percebido como um problema, pois é entendido como etapa necessária para garantir uma base mínima de informação científica ao público e contribuir para a alfabetização científica da população. A alternativa apontada não é abandonar o modelo já utilizado, mas combiná-lo com estratégias de aproximação social. Em vez de partir apenas dos resultados publicados

pelos cientistas, defende-se a territorialização da pauta. O Entrevistado 3 (UFRGS) descreve um movimento de “engenharia reversa”: a pauta não deve nascer exclusivamente da agenda acadêmica, mas das urgências sociais, buscando abordar temas que afetam a vida concreta dos cidadãos a partir de respostas que os cientistas têm para essas demandas.

O futuro projetado pelos entrevistados não é abandonar as plataformas, mas qualificar a presença institucional nelas, com estrutura capaz de disputar visibilidade sem se subordinar à lógica algorítmica. Isso implica reconhecer que o modelo de divulgação adotado também é moldado por essas condições infraestruturais.

6 CONSIDERAÇÕES

Este artigo buscou analisar como a DC realizada por universidades públicas federais brasileiras se configura como problema de política de comunicação em um ambiente plataformizado. Além disso, discutiu futuros desejáveis para seu fortalecimento a partir da perspectiva de cinco comunicadores que atuam na área. A análise evidenciou que a DC nas universidades brasileiras analisadas opera em uma contradição: ela é afirmada como estratégica em diretrizes federais, mas permanece materialmente frágil, pois não tem financiamento assegurado.

Tratando-se de políticas de comunicação, ao considerar a tríade de Napoli — conteúdo, estrutura e infraestrutura —, a DC nas universidades federais encontra-se parcialmente consolidada na dimensão do conteúdo, tensionada na dimensão estrutural e vulnerável na dimensão infraestrutural. Produz-se conteúdo de interesse público, mas sua organização institucional é fragmentada e sua circulação depende majoritariamente de infraestruturas digitais privadas orientadas por lógicas comerciais e algorítmicas. Nesse cenário, a universidade disputa visibilidade em sistemas que não foram desenhados para assegurar pluralidade, estabilidade institucional ou acesso equitativo à informação científica.

Para alguns entrevistados, realizar o exercício prospectivo não foi simples. Eles reconheceram que nunca haviam sido convidados a refletir sistematicamente sobre o futuro do campo em que atuam, tampouco a articular suas rotinas institucionais às

políticas nacionais de comunicação. Pensar o futuro exigiu conciliar o micro e o macro: as limitações cotidianas das assessorias de comunicação e as decisões estruturais que moldam financiamento, estrutura profissional e condições de circulação do conteúdo científico.

Ainda assim, os futuros desejados convergiram. Não se trata apenas de ampliar a quantidade de postagens ou alcançar métricas mais altas. O horizonte desejável envolve a consolidação da DC como política institucional formalizada, com financiamento previsto desde a origem dos projetos, estrutura profissional estável e presença qualificada em ambientes plataformizados. Envolve também integrar essa dimensão à formação acadêmica e às rotinas da pesquisa, reduzindo o atrito entre exigência normativa e prática institucional.

Ao ser instigado a pensar como desejaria que fosse a DC em 2036, um dos entrevistados afirmou que gostaria que “a ciência se tornasse um tema tão recorrente quanto o *Big Brother*” — ou seja, que alcançasse públicos diversos e integrasse conversas cotidianas para além dos círculos acadêmicos. Em última instância, consolidar a DC como política pública estruturada e financiada implica reconhecer a ciência como dimensão central da informação pública. Para as universidades públicas federais, isso significa assumir institucionalmente a circulação do conhecimento que produzem como dimensão indissociável de sua responsabilidade democrática. Não se trata apenas de ampliar visibilidade, mas de afirmar o acesso ao conhecimento científico como direito coletivo e como núcleo das políticas de comunicação orientadas ao interesse público.

REFERÊNCIAS

- BASILE, R. C. **UFG em Todo Lugar: apontamentos para uma Política de Comunicação Pública da Ciência**. 2023. 322 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.
- BROSSARD, D.; LEWENSTEIN, B. V. A critical appraisal of models of public understanding of science: using practice to inform theory. In: KAHLOR, L.; STOUT, P. (org.). **Communicating science: new agendas in communication**. New York: Routledge, 2010.
- BUENO, W. C. **Comunicação empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. especial, p. 1-12, 2010.
- BURNS, T. W.; O’CONNOR, D. J.; STOCKLMAYER, S. M. Science communication: a contemporary definition. **Public Understanding of Science**, v. 12, n. 2, p. 183-202, 2003.
- CROSS, D.; THOMSON, S.; SINCLAIR, A. **Research in Brazil: a report for CAPES by Clarivate Analytics**. Londres: Clarivate Analytics, 2018.
- FERREIRA, J. R. **Popularização da ciência e as políticas públicas no Brasil (2003-2012)**. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas - Biofísica) – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- GLENN, J. C. Introduction to the futures research methods series. In: AMERICAN COUNCIL FOR THE UNITED NATIONS UNIVERSITY. **Futures Research Methodology – V2.0**. [S. l.]: AC/UNU Millennium Project, 2003.
- JANNER, D. P. **Divulgação científica na UFRGS: a institucionalização das atividades de popularização de ciência e tecnologia na universidade**. 2014. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Relações Públicas) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- LEITE, L. M. K. Environmental scanning. In: JANICK, Vinícius; LEITE, Jéssica; MARTINS, Cesar C. B. (org.). **Explorando futuros possíveis: fundamentos e práticas sobre ferramentas prospectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Alpharetta, 2021.
- NAPOLI, P. M. What is media policy?. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 707, n. 1, p. 1–18, 2023.
- PEREIRA, J. L. A comunicação pública no combate à desinformação científica: uma análise de políticas de comunicação de universidades federais. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, e4440, 2025.

RIBEIRO, R. Divulgação científica é política institucional, não atividade secundária. **Plural / Agência Escola UFPR**, nov. 2024. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/divulgacao-cientifica-e-politica-institucional-nao-atividade-secundaria/>. Acesso em: 8 maio 2026.

THE ROYAL SOCIETY. **The Public Understanding of Science: report of a Royal Society ad hoc group**. London: The Royal Society, 1985.

VAN CUILENBURG, J.; MCQUAIL, D. Cambios en el paradigma de política de medios: hacia un nuevo paradigma de políticas de comunicación. **European Journal of Communication**, Londres, v. 18, n. 2, 2003.

Original recebido em: 25 de março de 2026

Aceito para publicação em: 28 de abril de 2026

Luciane Treulieb

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Inovação na Comunicação de Interesse Público pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e especialista em Divulgação e Popularização da Ciência pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). É jornalista na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde foi editora-chefe das versões impressa e digital da Revista Arco, veículo institucional da UFSM voltado ao jornalismo científico e cultural. Elaborou o Guia de Divulgação Científica da UFSM.

Thaiane Moreira de Oliveira

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Laboratório de Investigação em Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação (Cite-Lab). Pesquisadora do INCT em Disputas e Soberania Informacional (DSI), do INCT em Administração de Conflitos (Ineac), do INCT em Comunicação Pública da Ciência (CPCT), da Cátedra Unesco de Multilinguismo e da Rede Nacional de Ciências para Educação. Fundadora da Rede Latmétricas. Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional